

APENAS  
EM  
FORMATO  
DIGITAL

# Tribuna BANCÁRIA

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ | EDIÇÃO Nº 1669 | 14 A 19 DE JUNHO DE 2021

 [www.bancariosce.org.br](http://www.bancariosce.org.br)  [bancariosce](https://twitter.com/bancariosce)  [bancariosdoceara](https://www.instagram.com/bancariosdoceara)  [seebce](https://www.facebook.com/seebce)  85 99129 5101  [bancariosce](https://www.youtube.com/bancariosce)

## SINDICATO PERCORRE TODO O CEARÁ NA LUTA PELA VACINAÇÃO DA CATEGORIA BANCÁRIA



Foram montadas sete equipes para acionar prefeituras e câmaras municipais e tentar incluir a categoria entre as prioritárias para a vacina contra a Covid-19 (pág. 3)

Em reunião com o Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, Comando solicita inclusão dos bancários entre os prioritários no PNI (pág. 4)

Definidos os índices de reajuste dos financeiros. Confira como ficarão os direitos conquistados (pág. 7)

# REFORMA TRIBUTÁRIA: É PRECISO TRIBUTAR MAIS OS SUPER-RICOS, INCLUSIVE OS BANCOS

Um imposto equivalente a 0,3% dos ganhos dos super-ricos do Brasil liberaria recursos para melhorar a vida dos outros 97,7% dos brasileiros. Enquanto os trabalhadores recebem os salários já com desconto retido na fonte, os banqueiros recebem milhões de reais em dividendos sem pagar nenhum imposto. Mas, mudar isso é possível.

A grande reforma tributária brasileira depende apenas de leis ordinárias, não de emenda constitucional. Mas não adianta arrecadar mais e não poder investir em setores essenciais, como saúde e educação, devido ao “teto dos gastos” que congela a injeção de recursos públicos. Esse é o mote da campanha Tributar os Super-Ricos, criada em outubro de 2020 e que conta com a participação de mais de 70 entidades da sociedade civil.

A campanha propõe a elevação da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) do setor financeiro e do setor extrativo mineral. Ambos tiveram aumento de lucros mesmo em tempos de crise econômica. Isso já resultaria em aumento de cerca de R\$ 40 bilhões na arrecadação.

Esse debate precisa ser apropriado pelo povo brasileiro para se transformar em justiça fiscal e social. A Contraf-CUT é uma das entidades parceiras dessa campanha. É preciso inserir os trabalhadores nesse debate para construirmos uma reforma tributária que promova justiça fiscal, igualdade, e não concentração de renda. No Brasil vivemos um sistema tributário completamente injusto. Essa campanha traz uma nova proposta para a tributação da pessoa física isentando quem ganha menos e cobrando de quem ganha muito mais. Não do trabalhador.

No Brasil é muito evidente. Sem Caixa, sem SUS (Sistema Único de Saúde), sem os bancos públicos, sem o Butantan, sem a Fiocruz, não teríamos como enfrentar a pandemia. Está difícil, mas sem essas instituições teria sido muito pior. E não adianta arrecadar mais, tributar mais e não poder gastar por causa do teto dos gastos.

Considerando o setor financeiro, os bancos distribuíram quase R\$ 30 bilhões de dividendos no Brasil em 2020, em plena pandemia. Um setor que lucra mais a cada ano, há décadas, certamente poderia contribuir mais, inclusive por meio do pagamento de mais impostos. Somente no 1º trimestre de 2021, o lucro dos cinco maiores bancos do país somou R\$ 26,4 bilhões. Entre 1997 e 2019, o lucro líquido dos bancos cresceu 423% acima da inflação, enquanto valores pagos a título de CSLL aumentaram 179%. Mesmo com o crescimento mais lento por conta da pandemia, em 2020 o lucro dos bancos cresceu 100% mais que a CSLL. São muitas as razões para estarem no foco da campanha Tributar os Super-Ricos.

Esse grande oligopólio, no qual cinco bancos dominam mais de 80% do mercado, tem dois grandes bancos públicos. Além do debate sobre o aumento da tributação, temos uma regulação importante que pode ser feita, que é utilizar os dois bancos para melhorar a distribuição da riqueza via redução de taxas, tarifas e spreads menores. Isso já foi feito, não é uma tarefa simples, mas temos como regular esse mercado.

Esse é o caminho para buscarmos a redução da desigualdade no Brasil. A grande maioria da população não sabe como é tributada. Essa desinformação interessa aos grupos econômicos que são muito pouco tributados. Se já era importante ver o papel do Estado na economia, após a pandemia, vamos precisar muito do Estado para sair da crise. Nossa luta é por justiça social e fiscal. #EstamosNessaLutaComVocê.



**Carlos Eduardo,**  
Presidente do Sindicato  
dos Bancários do Ceará



[www.bancariosce.org.br](http://www.bancariosce.org.br)



[bancariosce](https://twitter.com/bancariosce)



[bancariosdoceara](https://www.instagram.com/bancariosdoceara)



[seebce](https://www.facebook.com/seebce)



85 99129 5101



[bancariosce](https://www.youtube.com/bancariosce)

Site: [www.bancariosce.org.br](http://www.bancariosce.org.br) – E-mail: [bancariosce@bancariosce.org.br](mailto:bancariosce@bancariosce.org.br) – Telefone: (85) 3252 4266 – Rua 24 de Maio, 1289 – 60.020.001 – Fortaleza – Ceará  
Presidente: Carlos Eduardo Bezerra Marques – Tribuna Bancária: [imprensa@bancariosce.org.br](mailto:imprensa@bancariosce.org.br) – (85) 3231 4500 – Diretor de Imprensa: José Eduardo Rodrigues Marinho  
Repórter: Sandra Jacinto - CE01683JP – Projeto Gráfico e Diagramação: Normando Ribeiro CE00043DG – Esta edição não será impressa, disponibilizada apenas em PDF



# SINDICATO LEVA A LUTA PELA VACINA DOS BANCÁRIOS PARA O INTERIOR



O Sindicato dos Bancários do Ceará, durante toda a semana, esteve em diversas cidades do interior do Estado entregando ofícios nas prefeituras e câmaras municipais para tentar incluir a categoria bancária entre as prioritárias na vacinação contra a covid-19.

Nas próximas semanas, os dirigentes da entidade seguirão protocolando os ofícios na luta por viabilizar a vacinação da categoria bancária. Foram montadas sete equipes para percorrer todos os municípios cearenses, visitando as prefeituras e as câmaras municipais, para tentar incluir a categoria entre as prioritárias para receber a vacina contra a Covid-19 nos planos municipais de vacinação.

Confira as cidades que já visitamos: Tamboril, Frecheirinha, Icapuí, Aracati, Fortim, Beberibe, Cascavel, Pindoretama, Eusébio, Independência, Tianguá, Viçosa do Ceará, Ubajara, Caridade, Itaiçaba, Jaguaribara, Quixeré, Limoeiro do Norte, Tabuleiro do Norte, São João do Jaguaribe, Palhano, Ibiapina, São Benedito, Guaraciaba do Norte, Ipu. Também foram protocolados ofícios nos seguintes municípios: Missão Velha, Caririaguçu, Farias Brito, Várzea Alegre, Lavras da Mangabeira, Aurora, Ipaumirim, Icó, Orós e Cedro.





# MINISTRO DA SAÚDE RECEBEU PEDIDO DE PRIORIDADE DE VACINAÇÃO PARA BANCÁRIOS

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, recebeu, dia 11/6, o ofício da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) com a solicitação de inclusão da categoria bancária no Plano Nacional de Imunização (PNI) contra a Covid-19 e as informações e dados complementares que mostram tal necessidade pelas mãos das coordenadoras do Comando Nacional dos Bancários, Juvandia Moreira e Ivone Silva, presidentas da Contraf-CUT e do Sindicato dos Bancários de São Paulo Osasco e Região, respectivamente.

“Apresentamos os argumentos e trouxemos, inclusive, um parecer médico acerca das características do trabalho bancário na agência, que é um ambiente de trabalho fechado, sem ventilação natural, por não haver possibilidade de as portas permanecerem abertas por conta da segurança. Apresentamos também os dados que mostram o aumento de 176% dos desligamentos por morte na categoria. Além disso, explicamos a situação do contágio dos funcionários e clientes, que as agências se transformaram em um vetor risco para as milhões de pessoas que precisam ser atendidas por este serviço essencial para a população e que, por isso, em nenhum momento pôde permanecer fechado durante a pandemia”, explicou a presidenta da Contraf-CUT.



O ministro recebeu o pedido e vai encaminhá-lo para equipe técnica que estuda o PNI. “Ele disse que a decisão não é individual dele, mas desta equipe”, informou a presidenta da Contraf-CUT.

A atividade bancária é considerada essencial nos termos do Decreto nº 10.282 de 20 de março de 2020, alterado pelo Decreto nº 10.329 de 28 de abril de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979 de 6 de fevereiro de 2020.

O documento entregue ao ministro ressalta que a “concentração de clientes e usuários nos ambientes internos e externos das agências bancárias tem crescido, com ênfase pela busca dos serviços por parte de pensionistas e aposentados da previdência social, que têm necessidade de apoio com atendimento presencial, daqueles que buscam os bancos para renegociações de dívidas ou para

inscrição em programas de apoio às empresas e, majoritariamente aos mais de 67 milhões de beneficiados pelo recebimento das parcelas do Auxílio Emergencial.

Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) compilados pelo Dieese, mostram que a categoria bancária registrou um crescente número de encerramento de contratos de trabalho por morte, seguindo uma tendência similar aos casos de óbitos desde o início da pandemia do novo coronavírus. No primeiro trimestre de 2020 o impacto da pandemia do novo coronavírus foi quase nulo, com uma média mensal de óbitos de 18,33 vidas. Já no mesmo período deste ano (2021), com o agravamento da pandemia no país, a média mensal de óbitos se elevou para 52 vidas, com crescimento de 176,4%.



## PRESIDENTE DO BANCO DO BRASIL SE REÚNE COM REPRESENTAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS

A coordenação do Comando Nacional dos Bancários e da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB) se reuniu, dia 9/6, com o presidente do banco, Fausto Ribeiro e destacou a importância das mesas de negociações e as principais pautas que estão colocadas, entre elas a inclusão dos bancários como prioridade no Plano Nacional de Imunizações (PNI) para a vacinação contra o novo coronavírus. A reunião havia sido solicitada ao banco em ofício enviado em abril.

“O presidente do BB disse que quer abrir uma nova fase de diálogo, responsabilidade e transparência com os representantes dos trabalhadores e destacou que teremos pautas divergentes, mas ambas as partes querem fazer o banco crescer”, informou o coordenador da CEBB, João Fukunaga. “Essa é uma postura esperada há tempos. Afinal, temos um histórico de mais de 30 anos de negociações coletivas. Nada mais justo do que termos as portas abertas e tratarmos com responsabilidade e transparência, os pontos divergentes para chegarmos a uma solução negociada”, completou.

**PRIORIDADE NA VACINA** – Durante a pandemia, por conta da sua gravidade, mortalidade e transmissibilidade, foi criada uma lista de prioridades do PNI. A inclusão da categoria nesta lista é a principal reivindicação dos bancários atualmente. “Os bancários são obrigados, por questões de segurança, a trabalhar com as portas fechadas. Isso torna o ambiente propício à contaminação e disseminação do vírus, que pode ser retransmitido aos clientes e seus familiares”, destacou a presidenta da Contraf-CUT, Juvandia Moreira, que é uma das coordenadoras do Comando Nacional dos Bancários. “Pedimos ao presidente que ele se empenhe para a inclusão dos bancários nesta lista e ele prontamente se colocou a disposição”, informou. Fausto Ribeiro disse que concorda com a reivindicação da categoria é que a inclusão dos bancários como prioridade no PNI é uma demanda também dos bancos.

**PROGRAMA DE GRATIFICAÇÕES** – A representação dos trabalhadores entregou um ofício ao presidente do

BB apontando uma série de questões referentes ao PDG do banco. O documento ressalta que desde a sua criação, a CEBB tenta negociar melhorias no PDG, a exemplo do que já acontece em outros bancos, que negociam seus programas próprios com os representantes dos sindicatos e que o PDG, da forma como está, ao invés de servir como um incentivo para maior empenho e produtividade, é fator de desmotivação e descontentamento entre os funcionários dos diversos setores.

**CONTRATAÇÕES** – A representação dos trabalhadores também destacou a falta de funcionários, principalmente após o último Plano de Adequação de Quadros (PAQ) e ao Plano de Desligamento Espontâneo (PDE), tanto nas agências de atendimento quanto nos escritórios de negócios, dificultando a execução dos serviços e cumprimento de metas. Um levantamento do Dieese aponta que de 2012 a 2020, houve uma redução de 28.042 funcionários no quadro de trabalho do BB.



# GT SAÚDE CAIXA RETOMA DISCUSSÃO SOBRE A CONSTRUÇÃO DE UM MODELO DE CUSTEIO



O Grupo de Trabalho Saúde Caixa retomou, dia 10/6, a agenda de discussões sobre a construção de um modelo de custeio do plano de assistência à saúde dos empregados a partir de 2022.

A representação dos empregados não validou o relatório sobre projeção de custeio apresentado pela Caixa. Portanto, a reunião não avançou na discussão das propostas. “Sem a validação dos dados a discussão do custeio do plano fica inviável. Nossa prioridade no grupo de trabalho é buscar um modelo que viabilize o Saúde Caixa para todos – ativos e aposentados – sem distinção”, destacou Fabiana Uehara Proscholdt, coordenadora da Comissão Executiva de Empregados (CEE/Caixa) e do GT Saúde Caixa.

A coordenadora também informou que o foco do trabalho vai além do custeio do Saúde Caixa. “Precisamos discutir a gestão do nosso plano de saúde, que atualmente é insatisfatória. Com as reestruturações que ocorreram na empresa,

o serviço do nosso plano de saúde está piorando”, opinou.

As reuniões do GT começaram no dia 14/1 deste ano. Nos meses de abril e maio, o trabalho foi concentrado na análise de dados do plano. Conforme o acordo coletivo 2020/2022, o GT Saúde Caixa foi criado para estudar o custeio e gestão do plano de saúde dos empregados. O grupo paritário, composto por representantes dos empregados e da Caixa, deve apresentar um formato de custeio e gestão do plano até o dia 31/7.

Posteriormente, as propostas serão encaminhadas para debate na mesa permanente. A(s) melhor(es) proposta(s) será encaminhada aos empregados para votação até 31/8. A mais votada será implementada até 2 de janeiro de 2022. Os integrantes representantes dos empregados no GT Saúde Caixa são: Fabiana Uehara, Leonardo Quadros, Sérgio Amorim, Alexandre Livramento, Lilian Minchin, Marilde Zarpellon e Márcia Krambeck.

## CEE/CAIXA COBRA CUMPRIMENTO DA COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO VOLUNTÁRIA (CCV)

A Contraf/CUT, por meio da Comissão Executiva dos Empregados da Caixa Econômica Federal (CEE Caixa), cobrou esclarecimentos da direção do banco sobre o descumprimento do Acordo Coletivo de Trabalho da Comissão de Conciliação Voluntária (CCV). Segundo a coordenadora da CEE/Caixa, Fabiana Uehara Proscholdt, as entidades têm denunciado que a Caixa não cumpre o prazo para realização da primeira sessão da CCV, conforme prevê o ACT.

“A Caixa tem até 30 dias para responder aos pedidos de conciliação enviados pelos sindicatos, mas não tem cumprido o prazo. E quando faz a conciliação, também não faz o pagamento na data acordada. Além disso, não respeita a ordem de recebimento das demandas dos sindicatos, não responde e-mails e nem atende as ligações. Está muito ruim todo esse processo”, disse Fabiana. Ela conta que existem requerimentos sem resposta desde o ano passado e muitos bancários cobram dos sindicatos.

Este não é o primeiro pedido de esclarecimentos e providências feito pela comissão. “Entendemos que, devido ao atraso da assinatura do acordo, acúmulo de pedidos e mesmo reestruturação das áreas envolvidas, pudesse ter uma demora no atendimento das conciliações. Mas, já deu tempo mais que suficiente para o ajuste ser feito e não se justifica não dar nem uma posição sobre as pendências. Queremos que o negociado seja cumprido!”, disse a coordenadora da CEE.

O acordo da CCV foi renovado em fevereiro e tem validade até dezembro de 2022. A CCV permite que as demandas dos empregados sejam definidas sem a necessidade de uma ação judicial. Além disso, o empregado pode ter o acompanhamento direto das entidades sindicais para auxiliá-lo a tomar a melhor decisão. É um direito acordado, portanto, deve ser rigorosamente cumprido.



# FINANCIÁRIOS TERÃO REAJUSTE DE 8,9% NAS VERBAS ECONÔMICAS

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) do mês de maio ficou em 0,96%, de acordo com dados divulgados pelo IBGE, dia 9/6. Com isto, o índice acumulado para a data-base da categoria dos financeiros, do período de junho de 2020 a maio 2021, ficou em 8,9%. Portanto, os salários e as demais cláusulas econômicas, além dos valores de PLR, previstos na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) 2020/2022, serão corrigidos com esse índice.

O reajuste de 8,9% será aplicado retroativo a 1º de junho de 2021, sobre os salários e auxílios praticados em 31 de maio de 2021. Isso reforça a importância da negociação coletiva de dois anos, conquistada frente às financeiras. Não só garantimos a manutenção de todos os direitos, como também a reposição da alta de preços de acordo com o INPC.

## VEJA ABAIXO COMO FICAM OS VALORES ATUALIZADOS:

### CLÁUSULAS ECONÔMICAS DA CCT FENACREFI<sup>(\*)</sup>

Itens da CCT	2020	2021
Reajuste Salarial	1,13% + abono único R\$ 1.000,00	8,90%
Reajuste diferenciado	2,05%	

### PISOS

Portaria	1.648,82	1.795,57
Escritório	2.380,84	2.592,73
Caixa e Tesoureiro	2.514,30	2.738,07

### GRATIFICAÇÕES

Gratificação de Caixa	582,63	634,48
Adicional por Tempo de Serviço	33,87	36,88

### AUXÍLIOS

Auxílio Refeição	38,64	42,08
Auxílio Alimentação	616,28	671,13
Auxílio Creche/Babá (filhos até a idade de 71 meses)	417,52	454,68
Auxílio Funeral	1.355,95	1.476,63
Morte e invalidez por Assalto	157.996,26	172.057,93
Auxílio Transporte (noturno)	206,50	224,87
Complementação do Auxílio Doença	735,62	801,09
Requalificação Profissional	1.558,54	1.697,25
13º Auxílio Alimentação	616,28	671,13
Cláusula Penal	41,34	45,02

### REMUNERAÇÃO VARIÁVEL

PLR - Regra Básica	2020	2021
90% do salário + valor fixo de	2.884,55	3.141,27
Teto da Regra Básica	13.766,28	14.991,48
PLR - Parcela Adicional (20% da parcela fixa)	576,92	628,26

### ANTECIPAÇÃO PRL (10 dias após assinatura)

	até 30/09/21)
Pagamento no valor fixo de	1.730,74

(\*) Valores em Reais (R\$)



# COMANDO NACIONAL DOS BANCÁRIOS VAI REALIZAR NOVA PESQUISA DE TELETRABALHO

O Comando Nacional dos Bancários realizará entre 18 de junho e 2 de agosto a segunda pesquisa sobre home office da categoria. As respostas serão compiladas e analisadas pelo Dieese e os resultados serão apresentados durante a 23ª Conferência Nacional dos Bancários, que será realizada nos dias 3 e 4 de setembro.

“Em julho do ano passado, quando foi realizada a primeira pesquisa, fazia pouco tempo que quase a metade da categoria tinha ido para o home office. Os dados foram fundamentais para entender quais questões deveriam ser levadas para a mesa de negociação e melhorar as condições de trabalho dos bancários em home office”, explicou a presidenta da Contraf-CUT, que também é coordenadora do Comando Nacional dos Bancários. “Temos que verificar os efeitos deste período mais longo de trabalho em casa sobre a categoria”, completou.

Nesta segunda pesquisa será avaliada a evolução da situação desses trabalhadores, verificar se houve aumento dos problemas de saúde após tanto tempo de trabalho em casa, e analisar novos temas, que foram incluídos na pesquisa. Com os resultados em



mãos será possível compará-los para seguirmos subsidiando a ação sindical voltada a este novo segmento que se abriu com a pandemia.

**PARA RESPONDER** – Para garantir a apuração de acordo com a composição estatística da categoria em cada base sindical, o link da pesquisa não será divulgado ao público em geral. Será enviado pelos sindicatos apenas

aos bancários que estão em trabalho home office, ou que já trabalharam neste formato. Caso algum bancário faça parte deste público e não receba o link, deve entrar em contato com o Sindicato para solicitar o envio pelo meio que preferir (Whatsapp, Telegram, SMS, e-mail e/ou outros). A Contraf-CUT enviará às entidades sindicais as orientações sobre a realização da pesquisa até quinta-feira (17/6).

## Universidades na penúria

As universidades federais brasileiras podem ter que paralisar as atividades em cerca de três meses se não houver uma suplementação orçamentária que recomponha os recursos pelo menos ao patamar de 2020. A avaliação é da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino (Andifes). Este ano, a rede federal de educação superior possui R\$ 4,3 bilhões previstos para gastos discricionários, como água, luz, segurança, investimentos e pagamentos de bolsas a estudantes vulneráveis. O valor, no entanto, é 18% menor do que o orçamento de 2020, o que corresponde a cerca de R\$ 1 bilhão. Uma parte desse recurso de R\$ 4,3 bi, no valor de R\$ 789 milhões, está bloqueada aguardando liberação por parte do governo.

## Pfizer para adolescentes

A Anvisa informou dia 11/6 que autorizou o uso da vacina da Pfizer contra a covid-19 para adolescentes de 12 anos a 15 anos. O imunizante já estava autorizado para pessoas com 16 anos ou mais. Com a decisão, a bula da vacina passará a indicar a nova faixa etária, a partir de 12 anos. A vacina é a única entre as autorizadas no Brasil com indicação para menores de 18 anos. O uso do imunizante da Pfizer em adolescentes já é permitido nos Estados Unidos desde o dia 10/5.

## Em queda livre

Com a vacinação em ritmo lento e o andamento dos trabalhos da CPI da Covid no Senado Federal, a rejeição a Bolsonaro ficou em 49%, segundo pesquisa divulgada dia 11/6, da EXAME/IDEIA. Nunca antes na série histórica, medida desde o início do governo, a desaprovção ficou por tanto tempo com um valor próximo aos 50%. O patamar foi alcançado no dia 25 de março. Para o fundador do IDEIA, Maurício Moura, a vacinação lenta é o motivo pela desaprovção do presidente estar tão alta por tanto tempo. Outro ponto que expõe negativamente o governo de Bolsonaro é a CPI que investiga ações e omissões do governo federal durante a pandemia.